



ANO 98

# JORNAL DO COSEMS RN

ANO II - Nº 7 - INFORMATIVO DO CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE/RN - MARÇO/98

## ENCONTRO DISCUTE SUS

No dia 24 de abril, o COSEMS realiza um encontro para discutir a atualização do SUS no RN, temas como a "Implantação do Sistema de Informação em Saúde para o Planejamento das Ações, Recursos do SUS, Modalidade de Gestão na NOB/96 e PPI.

O evento acontecerá no auditório da Associação Médica, com abertura às 8h. Segundo a organização, várias autoridades da área de saúde confirmaram a presença, entre elas o Secretário de Assistência à Saúde/MS, Antônio Wernek, Secretário Estadual da Saúde, Pedro Cavalcanti, George Tarcísio da Secretaria de Saúde do Natal e o presidente da COSEMS, José Fernandes.

O Conselho aproveita a presença dos secretários municipais para realizar a primeira Assembleia Geral da categoria. Em pauta a prestação de conta de 97, programação proposta para 98 e ocupação dos cargos em vacância.



Reunião Descentralizada do COSEMS/RN

\* PREFEITO DE MACAU - José Antônio - \* PREFEITO DE TOUROS - Josemar França  
\* PRESIDENTE COSEMS - Dr. José Fernandes - \* S.M.S. TOUROS - Dr. Diógenes Lopes  
\* Gerente III-ETAM - Eltizar Soares

## MS HABILITA MUNICÍPIOS

O Ministério da Saúde publicou no Diário Oficial da União a Portaria 2.296, de 12/03/98, que habilita na Gestão Plena de Atenção Básica, 97 municípios do Estado e os valores financeiros relativos a parte fixa do Piso de Atenção Básica - PAB.

MUNICÍPIOS	R\$/PAB				
ACARI	121.879,52	JARDIM DE PIRANHAS	106.300,00	SANTANA DO SERIDÓ	33.500,91
AÇU	455.330,00	JARDIM DO SERIDÓ	119.070,00	SANTO ANRÔNIO	204.500,00
AFONSO BEZERRA	107.834,51	JOÃO DIAS	29.360,85	SÃO BENTO DO NORTE	64.836,00
ÁGUA NOVA	31.442,33	JOSÉ DA PENHA	67.977,93	SÃO BENTO DO TRAIRÍ	32.130,00
ALEXANDRIA	177.031,07	JUCURUTU	177.830,00	SÃO FRANCISCO DO OESTE	43.491,99
ALMINO AFONSO	53.429,45	LUCRÉCIA	30.920,00	SÃO JOÃO DO SABUGÍ	54.370,00
ALTO DO RODRIGUES	93.220,00	LUÍS GOMES	140.927,56	SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE	111.160,00
ANTÔNIO MARTINS	94.150,20	MAJOR SALES	28.720,00	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	39.853,60
AUGUSTO SEVERO	128.801,70	MARCELINO VIEIRA	79.520,00	SÃO MIGUEL	257.442,00
BODÓ	24.890,00	MARTINS	134.082,00	SÃO MIGUEL DE TOUROS	58.630,00
CANGUARETAMA	243.850,00	MESSIAS TARGINO	37.514,20	SÃO PAULO DO POTENGI	132.480,00
CARNAUBAIS	133.478,95	OLHO D'ÁGUA DOS BORGES	50.507,20	SÃO PEDRO	62.570,00
CERRO CORÁ	128.020,17	OURO BRANCO	46.521,50	SÃO TOMÉ	108.940,00
CORONEL JOÃO PESSOA	67.124,40	PARANÁ	34.787,52	SÃO VICENTE	49.580,00
CRUZETA	79.840,00	PATU	147.613,18	SERRA DO MEL	104.169,49
CURRAIS NOVOS	406.560,00	SANTA MARIA	31.950,00	SERRA NEGRA DO NORTE	77.861,50
DOUTOR SEVERIANO	67.693,37	PAU DOS FERROS	223.070,00	SERRINHA DOS PINTOS	40.580,00
ENCANTO	46.490,00	PILÕES	28.434,37	SEVERIANO MELO	103.210,00
EQUADOR	69.123,84	POÇO BRANCO	116.950,00	TABOLEIRO GRANDE	26.247,04
FELIPE GUERRA	67.043,67	PORTALEGRE	82.984,29	TAIPI	102.760,00
FERNANDO PEDROZA	26.480,00	PRESIDENTE JUSCELINO	65.150,00	TANGARÁ	109.280,00
FLORÂNIA	153.179,75	RAFAEL FERNANDES	39.210,00	TENENTE ANANIAS	94.477,94
FRANCISCO DANTAS	29.610,00	RIACHO DA CRUZ	27.697,23	TIMBAÚBA DOS BATISTAS	22.200,00
FURTUOSO GOMES	57.330,25	RIACHO DE SANTANA	40.320,00	TOUROS	217.956,95
IPUEIRA	18.030,00	RODOLFO FERNANDES	61.996,42	TRIUNFO POTIGUAR	37.470,00
ITAÚ	56.466,22	TIBAU	20.670,00	UMARIZAL	144.219,23
JANDUIS	68.372,84	SANTA CRUZ	295.940,00	UPANEMA	106.350,83
JAPI	63.820,00	SANTANA DO MATOS	150.092,54	VENHA-VER	29.340,00
				VIÇOSA	16.606,64

# EDITORIAL

O Governo precisa urgentemente redirecionar suas ações, priorizando os segmentos sociais que tanto carece de assistência, seja a nível nacional ou regional e assim construir uma sociedade mais justa e humanitária para o nosso povo.

O que constatamos ao passar dos dias é uma inversão nas ações dos governantes. A saúde é o exemplo mais concreto que temos. É só observar as reduções contínuas que vem acontecendo no orçamento. Isto, somado as manobras do governo federal em impedir a aprovação da PEC-169 - que define fontes estáveis de financiamento para o SUS - mostra a falta de seriedade em resolver um dos problemas mais graves dos brasileiros: a falta de assistência à saúde pública.



Nesta ótica de desvalorização é que assistimos a troca frequente de secretários de saúde das capitais, dos Estados, e por três vezes de Ministros. Estas substituições tem ocorrido quando está em andamento programas, que visam atender a necessidade da população. Entretanto, as mudanças destes titulares não devem ser consideradas apenas uma atitude de ordem política, precisa ser pensado em outras conotações. Configura-se estes rodízios mais uma atitude de falta de seriedade e compromisso com a saúde pública. Agindo assim, os governantes querem eximir-se de qualquer responsabilidade, sacrificando o titular destituído, jogando-lhe a culpa dos insucessos da saúde.

A troca de um ministro de formação em saúde por um economista é bastante preocupante, pois coloca em risco o processo evolutivo da municipalização das ações de saúde, tornando o futuro cada vez mais incerto. O que não podemos e não devemos fazer é atribuir a incapacidade administrativa dos secretários e ministros os graves problemas que a saúde pública está passando.

José Fernandes Neto  
Pte. do COSEMS

## AGENDA/COSEMS

### FEVEREIRO

- 06 - Reunião com a CIB
- 06 - Reunião do Conselho Diretor
- 10 - Reunião com o Secretário de Saúde Pública, Dr. Pedro Cavalcanti
- 18 - Reunião no Conselho Estadual de Saúde
- 26 - Reunião da CIB

### MARÇO

- 05 - Reunião do Conselho Diretor
- 05 (tarde) - Reunião com a CIB
- 11 - Reunião com Prefeitos e Secretários de Saúde da Região do Mato Grande, na cidade de Touros, com a presença de Técnicos do III ETAM.
- 25 - O Vice-Presidente do II ETAM, José Maria Caldas participa da reunião do CES.

### ANIVERSARIANTE DO MÊS

\* Carlos Alberto (18/03)  
S.M.S. de Currais Novos

## EXPEDIENTE

### JORNAL DA COSEMS/RN

INFORMATIVO DO CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

#### DIRETORIA

- PRESIDENTE: José Fernandes Neto - S.M.S. - Acari/RN 433-2014
- VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO: George Tarcisio Rocha - S.M.S. - Natal/221451
- VICE-PRES. DO GRANDE NATAL:
- VICE-PRESIDENTE - I ETAM - Maria Daguia Bezerra - S.M.S. - Georgino Avelino 273-2297
- VICE-PRESIDENTE - II ETAM - José Maria Caldas - S.M.S. - Mossoró/321-2306
- VICE-PRESIDENTE - III ETAM
- VICE-PRESIDENTE - IV ETAM - Múcio de Oliveira - S.M.S. - Jardim do Seridó/472-2219
- VICE-PRESIDENTE - V ETAM - Rita de Cássia Praxedes - S.M.S. - Japi
- VICE-PRESIDENTE - VI ETAM - Neuman de Azevêdo - S.M.S. - José da Penha/351-2611
- VICE-PRESIDENTE - VII ETAM - Delziele Carvalho - S.M.S. - Assu/331-2212
- VICE-PRESIDENTE - VIII ETAM - Carlos Alberto - S.M.S. - Currais Novos/431-1900
- VICE-PRESIDENTE - IX ETAM - Jarbas Morais Paiva - S.M.S. - Patu/361-2214

ENDEREÇO: Rua José de Alencar, 722 - 1º Andar  
Sala 103 - Centro - Natal/RN - CEP 59025-140  
TELEFAX: (084) 221-6338  
COLABORAÇÃO: Solane Costa (Sec. Exec. COSEMS)  
EDIÇÃO: Helenira Almeida



## NOB/96

## PERSPECTIVA DE MUDANÇAS

✍ Promove um maior equilíbrio entre os três níveis de governo, através do reforço do papel dos estados e municípios, com conseqüente diminuição da supremacia do governo federal na gestão do SUS.

✍ Os mecanismos para operacionalização da assistência, intervenções ambientais e das ações ligadas as políticas externas intersetoriais foram associados no mesmo instrumento aos mecanismos de transferência regular de recursos para custeio, na modalidade fundo a fundo, direcionados para o financiamento do conjunto de ações de saúde desenvolvidas no município. Nesse contexto, determina uma nova visão do conceito de saúde, orientado para um modelo de atenção integral, retirando dos textos legais os conceitos fundamentais do SUS e colocando-os no dia a dia da prática dos profissionais de saúde e da população usuária dos serviços de saúde.

✍ O agrupamento das atividades ambulatoriais em três níveis de complexidade - atenção básica, média e alta complexidade - facilita sobremaneira a redistribuição das prerrogativas e responsabilidades entre os gestores estaduais e municipais, quando comparada à NOB-93, permitindo a definição de um perfil assistencial específico para cada gestor habilitado, de acordo com o seu nível organizacional e sua capacidade gerencial.

✍ O Piso de Atenção Básica (PAB) transfere para os municípios, juntamente com os recursos financeiros, a plena responsabilidade pela atenção de sua população. A denominada parte variável do PAB, a ser somada os recursos da parte fixa, incorpora incentivos referentes ao PACS/PSF, Farmácia Básica, Carências Nutricionais, Epidemiologia e

Vigilância Sanitária, incentivando os municípios a assumir a um só tempo um elenco de ações voltadas para a promoção, prevenção e recuperação da saúde da população residente na sua área geográfica.

✍ A definição de recursos específicos para o PACS/PSF oferece condições efetivas aos gestores municipais de custear essas atividades, estimulando a mudança do modelo assistencial, superando as dificuldades de financiamento previamente existentes.

✍ O cartão do SUS a ser emitido pelos municípios, além de servir como documento de identificação do usuário do sistema, determina a vinculação da clientela às Unidades Básicas de Saúde e introduz na prática diária o conceito de áreas geográficas onde atuam as equipes de saúde.

✍ A Programação Pactuada e Integrada (PPI), principal instrumento de articulação entre os municípios, com mediação do nível estadual, permite um reordenamento da rede de serviços de referência, com vistas a regionalização e hierarquização das ações, garantindo uma equidade da atenção em todos os níveis de complexidade. Por outro lado, orienta a distribuição dos recursos financeiros entre os diversos prestadores do SUS em função da necessidade da população e da facilidade de acesso, levando-se em conta também a capacidade instalada e o grau de resolutividade dos serviços. Pelo seu caráter permanente, permite ajustes periódicos na programação ambulatorial e hospitalar para adequá-la às mudanças constantes do perfil assistencial dos diferentes integrantes do sistema, identificadas pelas Câmaras de Compensação regionalizadas.

✍ A obrigatoriedade da alimentação do banco de dados nacional por parte dos gestores, permite o funcionamento dos Sistemas de Informações com atualização estatística permite e introduz a avaliação do desempenho através de indicadores de resultados, modificando a lógica de controle e avaliação da simples prestação de serviços pelo acompanhamento do impacto das ações desenvolvidas pelos gestores. Substitui-se a avaliação da quantidade pelo conceito de qualidade e resolutividade.

✍ O conjunto de instrumentos que compõem a NOB-96 determina uma mudança significativa das relações entre os municípios e o estado, com impacto significativo no processo interno de trabalho das Secretarias Estaduais de Saúde e nos mecanismos próprios de tomada de decisão, provocando uma crise que requer uma revisão substancial na sua estrutura organizacional e no "modus operandi" das equipes de nível central e regional para adequação ao novo papel de apoio aos municípios na formação de seus sistemas de saúde.

✍ As instâncias colegiadas - CES e CIB - viabilizam a negociação e o pacto entre os atores envolvidos no processo de implantação da NOB-96, dando mais visibilidade ao SUS no âmbito estadual, norteando assim as mudanças necessárias ao estado e municípios moldarem-se aos novos papéis.

Dr. Frederico de Araújo  
Limp - COPAC/SSAP-RN

## ESTADO IMPLANTA PSF

A Secretaria de Saúde Pública, através do Programa Saúde da Família tem como meta para este ano, implantar em todo o Estado 58 equipes de trabalho composta por médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e agente de saúde.

Ao contrário do modelo tradicional - centrado na doença e no hospital - o programa prioriza as ações de proteção e promoção a saúde do indivíduo e da família, tanto adulto, quanto a criança, sadia ou doente, de forma integral e contínua.

A estratégia a ser usada será a colaboração na organização do Sistema Único de Saúde implementando os princípios fundamentais da universalização, descentralização, integralidade e participação na comunidade. O incentivo financeiro para o município que aderir ao programa de acordo com a composição da equipe e o PAB. (Portaria 157/98-MS).

EQUIPE	MUNICÍPIO/PAB	R\$/ANO
1 médico 1 enfermeiro 1 aux. enfermagem 6 agentes de saúde	PAB ≥ 10 < 12	30.000,00
	PAB ≥ 12 < 14	28.000,00
	PAB ≥ 14 < 16	26.000,00
	PAB ≥ 16 < 18	24.000,00
1 médico 1 enfermeiro 1 aux. enfermagem	PAB ≥ 10 < 12	21.000,00
	PAB ≥ 12 < 14	19.000,00
	PAB ≥ 14 < 16	17.000,00
	PAB ≥ 16 < 18	15.000,00

## REFLEXÃO

Quem você pensa que é  
Perguntou pra mim  
De queixo em pé

Sou forte, fraca, generosa,  
Egoísta, angustiada, perigosa,  
Infantil, astuta, aflita,  
Serena, indecorosa,  
Inconstante, persistente,  
Sensata, corajosa,  
Como é toda mulher  
Poderia ter respondido  
Mas não lhe dei esta colher.



Marta Medeiros

(Homenagem à Mulher 08/03  
Dia Internacional da Mulher 30/04  
Dia Nacional da Mulher)

## INFORMES

O CONASEMS já está recebendo sugestões para os cursos e oficinas do XIV Encontro Nacional de Secretários Municipais de Saúde, que realizar-se-á em Belo Horizonte, no mês de agosto.  
Fax (061) 315-2125

A Bahia sediará o II Encontro de Secretários Municipais de Saúde do Nordeste. Maiores informações pelos telefones: (084) 221-6338 (à tarde) ou (086) 223-4877, com Sílvio Mendes.

DISQUE-SAÚDE (0800 611997) é o serviço de atendimento telefônico gratuito que o Ministério da Saúde acaba de implantar. Funciona de segunda a sexta e pode ser acionado de qualquer telefone, inclusive o público.

A constituição do Conselho Municipal de Saúde deve obedecer ao critério de paridade: 50% para usuários, 25% para profissional de saúde e 25% para governo e prestadores de serviços. O número total de conselheiros tem de ser múltiplo de quatro, para que a paridade não seja quebrada. (Resolução 014 de 30/07/97 - CES).

Com o objetivo de resguardar os atos médicos, procedimentos hospitalares e direitos do paciente, os prontuários médicos deverão ficar arquivados por vinte anos.

O Ministério da Saúde liberou recursos no montante de R\$ 48.365.541,05 (quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e um reais e cinco centavos) para pagamento a todas as Unidades Federadas, das AIHs referente a 25% do abono de janeiro deste ano.

## PRESTANDO CONTAS

RECEITAS	R\$
Saldo Anterior.....	5.234,06
Cont. Municipais.....	3.152,14
<b>TOTAL.....</b>	<b>8.386,20</b>

DESPESAS	R\$
Gratificação (Sec. Exec. e Adjunta...)	800,00
Diárias.....	280,00
Xerox.....	60,80
Ass. Técnica.....	600,00
Correios.....	200,00
Serv. Terceiros.....	619,00
Mat. Expediente.....	360,55
<b>TOTAL.....</b>	<b>2.920,35</b>